

Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais	Titulo
Leer, Roberto - Autor/a	Autor(es)
OSAL, Observatorio Social de América Latina (año VI no. 17 may-ago 2005)	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2005	Fecha
	Colección
sindicatos; movimientos sociales; partidos politicos; aspectos politicos; corrupcion; democracia; sistemas politicos; conflictos sociales; gobierno; Brasil;	Temas
Artículo	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110313053127/15surleher.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Región Sur

Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais¹

Roberto Leher

* *Profesor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Laboratorio de Politicas Publicas (LPP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenador do Grupo de Trabalho "Universidade e Sociedad" do CLACSO e do OSAL-Brasil.*

Em 14 de maio do corrente ano, a revista *Veja* denunciou um esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios que estaria beneficiando diversos políticos, entre os quais o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Pressionado pelas denúncias, este cinzeno deputado por seis mandatos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)², denunciou ao jornal *Folha de São Paulo* –FSP– (6/6/05) a existência duma capilarizada rede de corrupção no governo Federal operada a partir do PT. O esquema estaria centrado no pagamento periódico dum montante de recursos (R\$ 30 mil) para que deputados de partidos da bancada aliada ao governo Lula da Silva –Partido Progressista (PP), Partido Liberal (PL) e PTB– votassem projetos de interesse do governo. Os recursos mensalmente repassados (denominados de “mensalão”) também teriam como objetivo viabilizar a transferência de parlamentares da oposição (Partido da Frente Liberal-PFL e Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB) para os partidos da base governista.

[Ano VI Nº 17 MAIO-AGOSTO 2005]

OSAL 109

Essas denúncias não são *um raio em céu azul* na política brasileira, reconhecidamente permeável à ação de grupos particularistas que se apoderam de verbas e patrimônio público (vide Collor e Cardoso e as privatizações). A imensa repercussão da crise se deve a uma combinação de fatores, como:

- 1 O agente da denúncia, o Dep. Jefferson, pertencia à base de apoio ao governo. O seu partido possui um ministério (Turismo) e diversos cargos importantes nas mais capitalizadas empresas públicas do país. Não são, por conseguinte, denúncias provenientes da oposição (PSDB/PFL).
- 2 Muitas denúncias de Jefferson foram comprovadas por fatos que foram surgindo nos últimos 100 dias com uma rapidez desconcertante, abalando o governo: toda a cúpula do PT caiu e o chefe da Casa Civil teve de se afastar, provocando ampla reforma ministerial em que os setores de esquerda, ainda no governo, saíram perdendo.
- 3 A crise tem enorme destaque na imprensa, depoimentos de testemunhas e acusados são transmitidos ao vivo pela TV-Câmara e, ademais, as forças políticas também difundem o tema no cotidiano: (i) o campo do capital mantém o apoio a Lula da Silva, mas as tensões são significativas. As forças ligadas ao PFL e ao PSDB, até então sem um discurso para a eleição de 2006, tendo em vista que Lula da Silva opera a agenda desse campo, tenta caracterizar a crise do governo de Lula como “moral” –fruto dum governo “corrupto e incompetente”, mas o grande capital segue apoiando o governo, protegendo a sua área econômica; e (ii) o campo da esquerda também está dividido: a) a direção majoritária da CUT, liderada pela mesma corrente que dirigia o PT e que teve de se afastar, saiu em defesa do governo. O MST, embora esteja sustentando o governo, exige mudanças na política econômica. Em comum, afirmam que está em curso uma conspiração das “elites” para derrubar Lula da Silva, ecoando o discurso que o presidente tem feito junto aos pobres; b) setores do PT (como o bloco parlamentar de esquerda que reúne 13 deputados petistas e parte das candidaturas de oposição à corrente majoritária no processo de eleição do próximo presidente do PT) e oposicionistas como PSOL, PSTU, intelectuais, sindicatos etc., criticam a tese da conspiração e, embora com divergências, associam a corrupção às opções políticas-econômicas do governo.

Cronologia comentada da crise

Embora o governo federal tivesse tentado impedir a instalação duma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), após as denúncias de *Veja* e do jornal *FSP*, esta

***“As denúncias
ganharam
consistência
com a declaração
da deputada
Raquel Teixeira,
PSDB-GO de que
um deputado
lhe ofereceu dinheiro
para migrar
para a base
governista”***

foi aprovada em 9/6/05. As denúncias ganharam consistência com a declaração da deputada Raquel Teixeira, PSDB-GO de que um deputado lhe ofereceu dinheiro para migrar para a base governista, fato que teria sido relatado pelo governador de Goiás ao Presidente Lula da Silva. Em nova entrevista do jornal *FSP* (12/6), Jefferson identifica o operador dos recursos ilegais do PT, o publicitário Marcos Valério que, segundo ele, atuaria a mando de José Dirceu (ex-presidente do PT e então ministro da Casa Civil), José Genoíno (presidente do PT), Delúbio Soares (tesoureiro do PT), Silvio Pereira (secretário geral do PT) e Marcelo Sereno (ex-assessor de Dirceu e secretário de comunicação do PT), todos do chamado “campo majoritário” do PT.

Enfraquecido, José Dirceu renuncia em 16/6 ao cargo de ministro chefe da Casa Civil. A quebra do sigilo bancário de Valério comprova que foram sacados cerca de R\$ 21 milhões em espécie das contas das suas empresas (24/6). Em entrevista a imprensa (14/6), a secretária de Valério afirma que este freqüentemente levava cerca de R\$ 1 milhão em espécie quando ia a Brasília. Em 2/7 foi comprovado que Valério tomou emprestado junto a um banco (BMG) R\$ 2,4 milhões em favor do PT. Dois dias depois, em 4 de julho, foi descoberto que o Banco do Brasil emprestou cerca de R\$ 20 milhões ao PT. O Secretário do PT renuncia após ter sido divulgado que ele recebera um Land Rover de presente duma grande empreiteira que presta serviços a Petrobrás. No dia seguinte (5/7), Delúbio pede licença de seu cargo de tesoureiro. Em 7 de julho, foi descoberto um novo empréstimo de R\$ 3 milhões ao PT, cujo avalista era Valério e que este pagara uma parcela do empréstimo de R\$ 350 mil. No dia seguinte (8/7) é preso um assessor do irmão de Genoíno com R\$ 200 mil numa mala e US\$ 100 mil na sua cueca. O presidente do PT e o secretário de comunicação renunciam no dia seguinte (9/7). Tarso Genro sai do ministério da educação e vai para a presidência do PT, junto com outros dois ministros: Berzoini (trabalho) e Humberto Costa (Saúde).

Em 15 de julho, Valério alega que tomava recursos nos bancos para financiar com recursos ilegais as campanhas do PT, tentando tirar de foco o pagamento mensal aos deputados. O ex-tesoureiro Delúbio confirma a versão e, tacitamente, Lula da Silva também (“todos partidos têm caixa-dois”). A quebra do sigilo bancário revela que deputados e assessores sacavam periodicamente nas contas de Valério, entre os quais o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha e o ex-líder do governo, totalizando 18 parlamentares.

Ao longo do mês de agosto, a CPMI revela uma engenhosa operação envolvendo fundos de pensão das estatais, agências de publicidade, bancos e dirigentes governamentais e partidários do PT e de partidos aliados. Em depoimento à CPMI, o publicitário da campanha, Duda Mendonça, afirma que recebeu R\$ 11,5 milhões por seu trabalho via uma *offshore* nas Bahamas (11/8). Considerado uma âncora da estabilidade do governo, o ministro da Fazenda Antônio Palocci é denunciado em 19 de agosto por seu ex-colaborador, Rogério Buratti, de receber “mesada” de R\$ 50 mil entre 2001 e 2002, quando foi prefeito de Ribeirão Preto. Lula da Silva afirma que Palocci fica no governo, pois, com sua saída, o governo acabaria. No final de agosto (30) o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, declara que o “mensalão” não existe e que o uso de dinheiro ilegal nas campanhas eleitorais é um delito que não justifica a cassação dos mandatos, provocando revolta entre parlamentares. No dia 2 de setembro, o próprio Severino é acusado de receber um pequeno “mensalão” de R\$ 10 mil, devendo renunciar nos próximos dias.

Para tornar pensável a crise

Interpretar esses vertiginosos acontecimentos a quente é uma tarefa arriscada. Algumas hipóteses explicativas dos exorbitantes gastos com a campanha eleitoral e da corrupção do legislativo pelo executivo terão de ser apreciadas.

Custos da campanha eleitoral. Vale lembrar que o “marqueteiro” de Lula da Silva sempre esteve associado a campanhas da direita. A campanha milionária do PT se deve, conforme Garcia dos Santos e Francisco de Oliveira³, à opção pelo aprofundamento da lógica neoliberal e, por isso, a necessidade de substituir a política pelo marketing, instrumento fundamental de controle social pelos donos do poder. Mais difícil é explicar porque o governo precisaria subornar deputados para votar matérias que compõem a agenda do capital (reforma da previdência, parceria público-privada, lei de falências, isenções tributárias para as instituições de educação superior privadas, liberalização dos transgênicos, alienação de terras na região amazônica, ampliação do capital estrangeiro sobre as reservas petrolíferas, etc.) se a maior parte do parlamento representa o capital? Essa indagação é central para tornar inteligível toda a crise.

O “mensalão” foi pago a deputados da base governista, como o PL (partido original do vice-presidente da república), o PP (liderado pelo presidente da Câmara e pelo ex-deputado Paulo Maluf, atualmente preso por corrupção), o PTB de Jefferson (os repasses para o PT majoritário parecem ter sido para o custeio da campanha), bancadas de onde provém a maioria do chamado “baixo clero”, deputados obscuros que representam setores mais arcaicos da burguesia.

Uma hipótese é esses setores “arcaicos” estão sendo atingidos pela política econômica neoliberal de Lula da Silva e, por isso, exigem recompensas “por fora” visando os seus futuros mandatos, daí o “mensalão”.

De fato, a política econômica vigente hipertrofia o capital financeiro⁴, por meio de altas taxas de juros (a maior do mundo), elevados superávits primários (4,6% em 2004 e 7,2% até meados de 2005) e gigantescos pagamentos do serviço da dívida. É indubitável também o apoio ao agronegócio (vide Lei Kandir). Mas muitos perdem com essa política, como os trabalhadores que viram a participação do trabalho no PIB cair de 1995 a 2003, de 38,2% para 35,5% e os setores não inseridos em circuitos do grande capital internacional. Distintamente, os principais representantes do PFL e do PSDB apóiam organicamente essa agenda por suas conexões com o capital financeiro e o agronegócio. Isso explicaria porque suas bancadas não foram atingidas pelo “mensalão” e, principalmente, porque não atacam Palocci e Meirelles.

Quando Palocci foi denunciado, lideranças empresariais de porte como Antônio Ermínio de Moraes, entidades como a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) e os representantes do agronegócio e proeminentes lideranças do PSDB, como o governador de Minas Gerais e o líder do PSDB no Senado saíram em sua defesa.

Se houvesse um real interesse no impeachment de Lula da Silva, esses setores atacariam Palocci e Meirelles que, conforme as palavras de Lula da Silva, se atingidos, acabariam com o governo. E denúncias consistentes não faltam, como remessas ilegais para o exterior (Meirelles) e operação por meio dos fundos de pensão e recebimento de recursos provenientes de empreiteiras (Palocci).

Conforme o secretário do Tesouro, Joaquim Levy: “a crise brasileira é uma crise de país desenvolvido, afeta a política mas não a economia: os lucros das empresas são os maiores em mais de 20 anos”⁵. O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, um dos organizadores dos contatos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve com investidores em New York com representantes de empresas como Citigroup, Ford, Fedex, Shell, Lucent Technologies e Microsoft⁶, a crise política não atrapalha o “vigor” da economia brasileira.

Outra evidência importante foi a visita do secretário do Tesouro dos EUA, John Snow, que chegou ao país quando o governo Lula parecia se desfazer, reunindo a Câmara Americana de Comércio. Snow fez elogios ao presidente Lula e ao ministro da Fazenda e afirmou que enquanto a estabilidade econômica for mantida, o governo e os investidores não devem se preocupar com as denúncias de corrupção e a crise política que atinge o país. Afirmou, ainda, que o ministro da Fazenda “reflete o compromisso do país com boas políticas” e “uma boa economia é aquela na qual o capital circula livremente”. Defendeu a retomada da criação da área de livre comércio das Américas (ALCA), citando o acordo dos países da América Central e do Caribe (CAFTA) que, segundo ele, daria outro ímpeto as negociações da ALCA⁷.

Grandes empresários têm se reunido para discutir saídas para blindar a economia. Uma das saídas apontadas seria costurar um acordo político que interrompesse a “onda de denunciismo”⁸. O presidente do Bradesco e da FEBRABAN, Márcio Cypriano, o empresário Antônio Ermírio de Moraes e o presidente do BNDES, Guido Mantega, vão na mesma linha: as denúncias de corrupção política não podem parar o Brasil⁹.

Os adeptos da tese dum suposto golpe da direita contra Lula da Silva reivindicam a fala do ex-presidente Cardoso que propôs que Lula deveria anunciar que não se candidataria em 2006 e a realmente repugnante virulência da revista *Veja*, um periódico semanal de direita que representa parte do PSDB e é muito vinculada ao capital estrangeiro. Contudo, os ataques diretos a Lula da Silva e Palocci/Meirelles não têm o aval do sistema Globo, o maior do país, cuja tevê (TV Globo) é líder incontestado de audiência. Ao contrário, quando Palocci foi denunciado, deram grande cobertura a favor do ministro.

As críticas do PSDB e do PFL –junto com a revista *Veja*– objetivam atingir principalmente o PT e denunciar “a mediocridade do governo Lula”. Quanto mais frágil e debilitado, mais Lula abraça a causa do grande capital (ver proposta de Palocci de provocar uma drástica queda no que restou das barreiras alfandegárias no país, acima inclusive dos marcos da Organização Mundial de Comércio, OMC). E, se Lula da Silva sangrar até a morte, o PSDB estará credenciado para sucedê-lo e dar continuidade à agenda. O capital vence em todas as alternativas!

Existem fortes elementos que corroboram que o capital ainda vê em Lula da Silva um aliado útil, visto que, estando no governo, Lula da Silva é uma garantia de que o transformismo da CUT manterá a central dócil ao capital e às reformas que desmontam os direitos sociais. Tarso Genro, o atual presidente do PT, pediu moderação nas críticas mais duras ao PT, lembrando que, sem este partido, as lutas de classes estariam muito mais aguçadas e abertas e que o PT é um fator importante para a própria governabilidade.

As ações da esquerda e dos movimentos sociais

***“Em 9 de agosto,
o MST divulgou
um documento
‘Posições políticas
do MST nessa
conjuntura’
[...] fazendo
críticas severas
aos rumos
do governo
Lula da Silva”***

Está em curso a maior operação transformista da história brasileira, conforme Carlos Nelson Coutinho¹⁰. A subordinação da CUT ao governo foi agravada com a ida do ex-presidente Luís Marinho para o ministério do Trabalho. No dia 21/6, foi divulgada uma Carta aos Brasileiros (mesmo título da Carta de Lula ao capital internacional, lançada em meados de 2002) assinada pela CUT, UNE e MST que afirma: “somos contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos”¹¹. É importante destacar o contexto em que a Carta foi divulgada. José Dirceu havia caído há poucos dias e o governo ainda tentava sustentar que as denúncias eram provenientes da insatisfação duma vaporosa elite que não estava de acordo com o compromisso de Lula da Silva com os pobres. O apoio da CUT não causa estranheza, dada a conexão dos dirigentes da Central com o grupo envolvido nos saques da conta de Valério (todos pertencentes ao campo majoritário). Entretanto, a assinatura da MST foi duramente questionada por diversos movimentos, intelectuais e apoiadores. Como visto, os emissários dos EUA, do setor financeiro, do grande capital industrial e do agronegócio, em suma, o fundamental das classes dominantes, segue apoiando Lula da Silva: então, de que “elite” a Carta estaria falando?¹².

Em 9 de agosto, o MST divulgou um documento “Posições políticas do MST nessa conjuntura” que sequer menciona a Carta aos Brasileiros, fazendo críticas severas aos rumos do governo Lula da Silva, qualificado como de “centro”. O documento explicita que dos 115 mil assentamentos previstos para o ano, apenas 20 mil foram realizados e o não cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo por ocasião da Marcha Nacional pela Reforma Agrária (maio de 5). Ao final, o documento afirma que se o governo abandonar a sua política econômica o povo estará com ele. Em 16 de agosto, contudo, a tese do golpe das elites volta à baila com a

marcha convocada pela CUT, UNE e MST. Apesar de todo aparato, apenas entre 7 a 10 mil manifestantes compareceram à manifestação qualificada como “chapa-branca” pela grande imprensa. No dia seguinte, sindicatos dos servidores públicos, a esquerda da CUT, estudantes e partidos como o PSOL e o PSTU levaram aproximadamente o dobro de manifestantes a Brasília, sem contar com os mesmos recursos.

Nos embates internos do PT, acentuados pelo processo de eleição direta, os principais dirigentes do MST e da esquerda católica apóiam Plínio de Arruda Sampaio que tem feito densas críticas ao governo, em especial a sua política econômica. Aqui, é possível registrar um progressivo distanciamento do MST em relação à corrente majoritária da CUT, favorável ao candidato Ricardo Berzoini (campo majoritário).

A concepção tática do MST parece estar centrada na idéia de que Lula da Silva, apesar de não avançar na reforma agrária, é um mal menor frente ao PSDB e, de certo modo, que é melhor tê-lo como adversário. É um posicionamento distinto do da CUT/UNE: a sua direção não é burocratizada e o movimento segue organizando as lutas por reformas, nas ocupações, no Grito dos Excluídos em 7/9/05 e no documento do dia 9/8/05. Ficam em aberto questões como: até quando será possível sustentar Lula da Silva e combater as suas políticas econômica e agrária? Como acumular forças indicando que Lula da Silva não é inimigo da reforma agrária, mas é o melhor amigo do agronegócio?

A crise, as perplexidades, mobilizações e controvérsias indicam que o futuro da esquerda socialista brasileira está em aberto. Algumas experiências estão sendo esboçadas. A criação da Coordenação Nacional de Lutas, inicialmente pensada como uma frente de unidade de luta de forças de esquerda dentro e fora da CUT, foi redimensionada para menos em um primeiro momento (2002/2003) entre outros fatores pela tentativa do PSTU de subordiná-la às suas táticas. Apesar das tensões, sindicatos importantes hoje a compõem e, com isso, foi possível ampliá-la. Concomitantemente, estão sendo convocadas Assembléias Populares por militantes do PSOL, da esquerda da CUT e por militantes que estão em processo de rompimento com o PT. Parte da esquerda católica e da Consulta Popular está promovendo os “círculos socialistas” que também se difundem.

A questão de fundo é a construção da unidade das forças que compõem a esquerda socialista. A profundidade da crise requer um reexame radical das práticas, da agenda e um mergulho profundo no debate teórico a partir de formas de produção do conhecimento em que os saberes acadêmicos e provenientes das lutas interajam de modo verdadeiro. As consignas, mais do que nunca, precisam ganhar carne e sangue, pois existe um perigoso vácuo no ideário da esquerda que requer, para a sua superação, real protagonismo e autonomia dos movimentos, sindicatos e partidos que forjam a sociedade do futuro.

Notas

1 Esta análise contou com levantamentos realizados por Alice Coutinho da Trindade, Cristina Gomes de Oliveira, Graziela Bortoluzzi Postay, Heloisa Barbosa e Mariana Setúbal.

2 Legenda construída por trabalhista-nacionalistas como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. No final da ditadura, dois grupos reivindicaram a sigla: Leonel Brizola e Ivete Vargas (direita). Por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, a sigla foi atribuída ao grupo de Ivete Vargas em 1980.

3 Laymert Garcia dos Santos e Francisco de Oliveira 2005 "Tem limite?" em *FSP*, 18 de setembro: 3.

4 Os lucros dos bancos cresceram 14% ao ano em 2003 e 2004 e, em 2005, já é 52% acima do de 2004. O Bradesco, o maior banco privado do país, quase dobrou seu lucro no primeiro trimestre deste ano (*O Globo*, 10/5/05).

5 Entrevista ao sítio do informativo do PSDB, *Primeira Leitura*, em <www.primeiraleitura.com.br> 15 de Setembro de 2005.

6 Entrevista ao sítio do informativo do PSDB, *Primeira Leitura*.

7 Palocci reflete compromisso do país com boas políticas, diz Snow (*Folha Online*, 2/8/05). Risco Brasil cai para menor patamar em cinco meses (*Folha Online*, 5/8/05). "Até pouco depois do meio-dia (desta segunda-feira), quando Snow decidiu sair em apoio explícito ao governo, o céu parecia derrubar-se sobre Lula e sua equipe. A oposição [...] parecia empenhada em dar uma estocada definitiva contra Lula. Mas o governo dos Estados Unidos optou por se manter à margem de uma aventura onde tem pouco a ganhar e bastante a perder" (*Clarín*, 2/8/05).

8 Setúbal defende punições e acordo (*Folha Dinheiro*, 28/8/05).

9 Guilherme Barros 2005 "Governo e empresários se unem contra crise" em *Folha Online*, 31 de julho.

10 "Falar em golpe é mistificação". Entrevista em *Jornal da UFRJ*, agosto de 2005. Em <www.jornal.ufrj.br>.

11 Informativo do MST, 21/6/05.

12 [Para o jornalista Rother] "se há uma conspiração ocorrendo no país ela é comandada pela oposição e por grandes empresários de São Paulo" e tem como objetivo "manter Lula no poder e não tirá-lo" (*Herald Tribune*, 11/8/05). Em <www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/08/050811_pressreviewfn.shtml>.